

**MAGALHÃES, Vera (2018) – *No arquivo da assistência: as tipologias hospitalares patrocinadas pela Misericórdia de Viseu (séculos XVI-XX)*. Viseu: Santa Casa da Misericórdia de Viseu, 64p.**

Por ANA FILIPA AMARAL PINTO

Arquivista da Santa Casa da Misericórdia de Viseu

Doutoranda em Ciência da Informação

na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

[anafamaralpinto3@gmail.com](mailto:anafamaralpinto3@gmail.com)

Nascidas por incentivo régio, as Misericórdias distinguiram-se das demais confrarias pelas características unitárias que apresentavam (SÁ, 2008: 36), nomeadamente a prática das catorze obras de misericórdia<sup>1</sup>. Tratar da história das Misericórdias portuguesas implica falar de caridade, de beneficência, de pobres, de pobres envergonhados, de presos pobres, de mendigos, de órfãos, de cativos, de gafos e de merceeiras (SÁ, 2008: 6). Implica, igualmente, aludir aos seus hospitais, gafarias, asilos, colónias e também sanatórios. Falar de Misericórdias requer mencionar a ajuda ao “outro” e, consequentemente, a assistência prestada ao longo de cerca de cinco séculos.

É nesta senda que surge o livro “No arquivo da assistência: as tipologias hospitalares patrocinadas pela Misericórdia de Viseu (séculos XVI-XX)”, que aborda algumas práticas de assistência prestadas numa das quase quatrocentas Misericórdias do país – a Misericórdia de Viseu, localizada na Beira Alta e instituída na alba do século XVI<sup>2</sup>. Com estudos inéditos, esta obra amplia a área de

---

1 As catorze obras de misericórdia dividem-se em 7 espirituais e 7 corporais. As setes obras espirituais são as seguintes: ensinar os simples; dar bom conselho a quem o pede; castigar com caridade os que erram; consolar os tristes desconsolados; perdoar a quem nos errou; sofrer as injúrias com paciência e rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos. As obras corporais são: remir cativos e visitar os presos; curar os enfermos; cobrir os nus; dar de comer aos famintos; dar de beber a quem tem sede; dar pousada aos peregrinos e pobres e enterrar os mortos (CORREIA, 1999: 546-549).

2 1516 é a data comumente apontada pela historiografia local para a instituição da Santa Casa da Misericórdia de Viseu, em virtude da receção nessa Misericórdia do exemplar do Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1516 com nota autógrafa de D. Manuel I. No entanto, o silêncio das fontes não permite comprovar a data fundacional da Misericórdia viseense. Situação similar ocorre noutras instituições congéneres, embora todas elas gostem de invocar o património da sua fundação, ainda que sem fontes documentais que o comprovem, o que leva José Pedro Paiva a

investigação a partir de conhecimentos alusivos às Misericórdias portuguesas, para depois se centrar na vertente assistencial de apenas uma instituição – a de Viseu.

Autora de diversos trabalhos no âmbito da arquitetura hospitalar e da assistência dispensada pelas Misericórdias, Vera Magalhães é licenciada em História. Mestre e doutora em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O seu trajeto académico deixa transparecer as áreas de interesse por onde se cruzam os assuntos abordados no livro.

Esta obra, resultante do fervor das comemorações dos 500 anos da Misericórdia de Viseu, concentra-se em cinco imóveis vinculados à prática de assistência hospitalar: o Hospital das Chagas, o Hospital Novo, o hospital-barraca, a Casa do Banho e o hospital para tuberculosos. Cada um revela o desenvolvimento da medicina, da cultura, da arquitetura e igualmente demonstra o diálogo entre o edifício e a cidade. Inevitavelmente, as histórias das Misericórdias emaranham-se na história das vilas e das cidades que as receberam. A da Santa Casa da Misericórdia de Viseu (SCMV) é inseparável da história da assistência promovida nesta cidade.

Este livro encontra-se dividido em seis capítulos. No primeiro, que funciona como preâmbulo, a autora referencia a data fundacional da Misericórdia viseense, indicando que 1516 é comumente aceite como o ano de instituição desta Misericórdia, decorrente da data exarada em nota autógrafa do rei D. Manuel I acrescentada ao Compromisso da Misericórdia de Lisboa, impresso nesse ano. No entanto, o “vazio documental” (MAGALHÃES, 2018: 9) não o permite corroborar. Igualmente, Vera Magalhães menciona as persistências medievais de assistência na cidade de Viseu, indicando os hospitais da Regueira e de Cimo da Vila e a casa e capela de S. Lázaro, para enfatizar o papel inovador desempenhado pelo quinhentista hospital das Chagas, não na expressão arquitetónica que ainda não detém, mas no modelo de administração e nas restrições sobrevindas à admissão de doentes.

No segundo capítulo da obra, a autora relata a instituição por vínculo do Hospital das Chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo. Jerónimo Bravo e Isabel de Almeida, representantes da fidalguia, confiaram à SCMV, no ano de 1565, a limpeza e manutenção do edifício, assim como a admissão e tratamento de doentes. Embora não podendo remeter para o fenómeno da “padronização hospitalar”, isto é, o fenómeno de entrega de hospitais às Santas Casas vivido à época, a autora alude ao possível prestígio desta confraria leonorina em detrimento de

---

afirmar que a datação da origem das Misericórdias é um “património hipervalorizado” (PAIVA, 2017: 37).

outras instituições que a precederam. Apesar de não abdicar do padrão medieval, em virtude da sua feição doméstica e improvisada, este hospital acabou por ensaiar a modernidade ao interditar a admissão de peregrinos e incuráveis. Ainda, neste capítulo, Vera Magalhães avança igualmente com as transformações na organização espacial do edifício até ao século XIX, que deixou de ser o hospital quinhentista de outrora, decorrente das reformas, ampliações e regularizações em consequência da prática caritativa dos bispos D. Jerónimo Soares (foi bispo de Viseu entre 1694 e 1720) e D. Júlio Francisco de Oliveira (foi bispo de Viseu entre 1741 e 1765). Com o decurso do tempo, o hospital mostrava-se incapaz de responder eficazmente às necessidades da população local, justificando-se um novo e grandioso investimento que a autora relata no capítulo seguinte.

Falho em comodidades, em 1793, Mesa e Junta da Misericórdia de Viseu aprovam a planta de um novo hospital num olival deixado pelo benemérito Caetano Moreira Cardoso. Tal como o Hospital da Misericórdia do Porto, o Hospital Novo (intitulado Hospital de S. Teotónio em 1963) foi executado pelo arquiteto Teodoro de Sousa Maldonado. Encontrando no congénere hospital português o “modelo a seguir”, o hospital viseense garante assim a atualização do seu plano hospitalar. Contudo, as invasões francesas, a guerra civil na década de 20 do século XIX e consequentemente as diminuições dos recursos financeiros da Misericórdia redundaram em constantes interrupções, alterações e criação de impostos, conduzindo ao colossal atraso na conclusão da edificação. Concluído o hospital, percebe-se que correspondeu à modernização estética e funcional, bem como à atualização sanitária; “tornando-se verdadeiro ícone da erudição, grandeza e prestígio granjeados pela irmandade”, configurando uma “arquitetura do poder” (MAGALHÃES, 2018: 28). No século XX, registaram-se múltiplos melhoramentos e alargamentos neste hospital, o que não impediu a sua substituição, em 1997, por um novo hospital, o Hospital Distrital de Viseu. Este relato ocupa o terceiro capítulo da obra e constitui outro ponto positivo da publicação ao fazer a contextualização histórica e ao comparar os acontecimentos da SCMV com outras instituições congéneres.

A obra possui méritos inegáveis, sobretudo por abordar e desenvolver assuntos desconhecidos na historiografia assistencial da SCMV. Prova disso é o quarto capítulo que aborda um projeto de um hospital-barraca pensado no contexto do higienismo oitocentista. A autora dá a conhecer o propósito deste hospital-barraca que resultou das críticas higio-sanitárias ao Hospital Novo. Idealizado nas Lajes de Gavim, local afastado do edificado Hospital, o hospital-tenda incluiria duas enfermarias e uma sala de operações, incorporando assim a corrente higienista vigente em Portugal neste período, que se centrava essencialmente nas estratégias preventivas (COSME, 2006: 181), e procurando minorar

a “podridão dos hospitais” (CORREIA, 1962: 257). O rigor histórico desta publicação permite ainda conhecer, neste capítulo, as plantas e alçadas deste género de edificações.

No capítulo seguinte, a autora questiona se terá a instituição criado um hospital termal no século XIX. Vera Magalhães aborda esta questão acreditando tratar-se somente de quartos que possibilitavam a passagem de água com propriedades medicinais para o tratamento de doentes pobres. Neste ponto é notória a escassez de fontes documentais, levando a autora a recorrer a fontes orais e assim enfatizar a prestação de cuidados de saúde por parte da Misericórdia viseense.

O último capítulo procura não só demonstrar a ação filantrópica da Santa Casa, mas, sobretudo, a sua preocupação com a saúde pública, ao assumir o compromisso de prover um hospital para tuberculosos na cidade de Viseu, assim como aconteceu noutras Misericórdias, nomeadamente o Hospital Sanatório de Semide, pertencente à Misericórdia do Porto (SANTOS, 2010: 52). Mais uma vez, este assunto demonstra o rigor histórico da autora, evidenciando todas as fontes primárias, recorrendo a plantas e a fotografias do edifício, confrontando com a realidade nacional vivida à época.

Por ser essa a sua missão, o texto baseia-se principalmente na *praxis* assistencial da Misericórdia de Viseu. No entanto, a autora apresentou ao longo dos capítulos as similitudes entre a prática assistencial desta instituição e de outras confrarias similares, ao mesmo tempo que procurou contextualizar historicamente as temáticas abordadas. Certamente existem diversas relações que se podem estabelecer com a realidade de outras Santas Casas que, embora com algumas características díspares, apresentam aspetos que as norteiam num fim comum - a prática assistencial aos mais necessitados -, não fosse essa a intenção da Coroa quando do incentivo da fundação de Santas Casas por todo o país (PAIVA & SÁ, 2004: 8). Esta publicação foi-se sustentando em fontes primárias, patentes não só no Arquivo Histórico da Misericórdia de Viseu, mas também no arquivo de outras instituições com informações relevantes para o estudo. Para além disso, a autora procurou datar os acontecimentos mais emblemáticos de cada edificação enunciada, criando frisos cronológicos e adicionando imagens que permitem uma melhor compreensão do texto. Trata-se de uma contribuição muito relevante para a constituição e divulgação da história da SCMV, da cidade de Viseu e, igualmente, para a expansão de estudos sobre estas temáticas em instituições congéneres.

A autora aborda temas desconhecidos da historiografia assistencial da Misericórdia viseense, particularmente o projeto do hospital-barraca, aumentando assim a importância desta obra. Contudo, alguns aspetos, nomeadamente

a criação de um hospital termal na freguesia de Alcafache (Viseu), ficaram por esclarecer, em virtude da escassez de fontes documentais. Para colmatar esta carência, a autora procurou clarificar a informação através de fontes orais, mas a memória local apenas identifica o edifício como sendo da Misericórdia de Viseu e pouco mais sabe sobre este assunto (MAGALHÃES, 2018: 46), impedindo Vera Magalhães de deslindar a natureza deste edifício. Será necessário prosseguir a investigação, procurando outras fontes de informação, no sentido de compreender se terá ou não existido o referido hospital termal em Alcafache e assim esclarecer as dúvidas existentes.

Em suma, trata-se de um livro onde o leitor encontrará uma abordagem de elevado rigor científico e histórico, num texto bem escrito, que torna a sua leitura muito aprazível.

## Referências bibliográficas

- CORREIA, F. M. (1962) – Um distinto cirurgião portuense Dr. José de Melo Ferrari. *A Medicina Contemporânea*, 4, 141-308.
- CORREIA, F. S. (1999) – *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- COSME, J. (2006) – As preocupações higio-sanitárias em Portugal (2ª metade do século XIX e princípio do XX). *Revista da Faculdade de Letras do Porto: História*, (7), 3, 181-195. Retrieved from <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/3768>
- MAGALHÃES, V. (2018) – *No arquivo da assistência: as tipologias hospitalares patrocinadas pela Misericórdia de Viseu (séculos XVI-XX)*. Viseu: Santa Casa da Misericórdia de Viseu.
- PAIVA, J. P. & SÁ, I. G. (2004) – *Portugaliae monumenta misericordiarum: a fundação das misericórdias: o Reinado de D. Manuel I*, (vol. 3). Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas.
- PAIVA, J. P. (2017) – Um património hipervalorizado e imprecisamente determinado. A datação da origem das Misericórdias. In B. Reis (Ed.), *Dia do Património das Misericórdias | 2016: atas*, p. 37-49. Viseu: União das Misericórdias Portuguesas.
- SÁ, I. G. (2008). Parte I – de 1498 a 1750. I. G. SÁ & M. A. LOPES (Ed.) – *História breve das Misericórdias portuguesas (1498-2000)*, pp. 8-64. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SANTOS, A. F. C. P. (2010) – *O Combate à tuberculose: uma abordagem demográfico-epistemológica: o hospital de repouso de Lisboa (1882-1975)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal. Retrieved from <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/3857>.